



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Justiça Ambiental)

**NEGACIONISMO CLIMÁTICO RECORTE DAS ENCHENTES NO RIO
GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA**

Angela Maria de Oliveira¹

Camila Santos de Lima²

Maria Caroline de Lima da Cruz Di Crisci³

Maria Elvira Gonçalves Borges⁴

Nei Alberto Salles Filho⁵

Resumo: O artigo analisa o negacionismo científico, especialmente o climático, como problema estruturado por interesses econômicos, políticos e ideológicos, investigando seus impactos na gestão e prevenção de desastres ambientais. O objetivo é compreender a influência da negação da ciência a partir das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024. Utiliza-se metodologia quali-quantitativa, exploratória e descritiva, baseada na análise de conjuntura de Herbert de Souza, revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que o negacionismo climático agrava a vulnerabilidade social, compromete a segurança pública e dificulta políticas preventivas, evidenciando a necessidade de valorização da ciência e fortalecimento da sociedade civil.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Desinformação; Desastres ambientais; Educação científica; Vulnerabilidade social

Abstract: The article analyzes scientific denialism, especially climate denialism, as a phenomenon structured by economic, political, and ideological interests, investigating its impacts on the management and prevention of environmental disasters. The objective is to understand the influence of science denial based on the floods that occurred in Rio Grande do Sul in 2024. A qualitative-quantitative, exploratory, and descriptive methodology is adopted, grounded in Herbert de Souza's conjuncture analysis, bibliographic review, and documentary analysis. The study concludes that climate denialism intensifies social vulnerability, undermines public safety, and hinders preventive policies, highlighting the need to value science and strengthen civil society.

Keywords: Climate change; Disinformation; Environmental disasters; Scientific education; Social vulnerability.

¹ Bibliotecária da UEPG, mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pelo Programa MINTER UFPR/PUCCAMP. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas UEPG. amolivei@uepg.br

² Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas UEPG, 250401900004@uepg.br

³ Advogada, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas UEPG, marilima418@gmail.com

⁴ Farmacêutica, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas UEPG, mabiraz@outlook.com

⁵ Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), Mestre e Doutor em Educação, nsalles@uepg.br



1 INTRODUÇÃO

O negacionismo científico é um fenômeno complexo que se manifesta de diferentes formas ao longo da história, assumindo novas características no contexto contemporâneo. Embora os conflitos entre ciência e outros campos do saber não sejam recentes, o negacionismo moderno se articula de maneira estratégica com interesses econômicos, políticos e ideológicos, influenciando decisões governamentais, percepções públicas e práticas sociais.

O termo ganhou popularidade no final da década de 1980, quando o historiador francês Henry Rousso o utilizou para descrever grupos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa de judeus pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial (Mazzonetto, 2023). Esse fenômeno não é isolado, mas enraizado nas estruturas sociais, sendo reforçado por modelos de desenvolvimento que priorizam o lucro em detrimento da sustentabilidade ambiental.

Na atualidade, o negacionismo climático se apresenta como um desafio global, presentes no século XXI, pois compromete a compreensão da crise ambiental e dificulta mudanças de consumo e comportamento necessárias para melhorar a relação entre seres humanos e natureza. De acordo com Pinsky (2019), “negacionismo climático é toda a manifestação contrária ao fenômeno do aquecimento global provocado pelo aumento das emissões antrópicas”, ou seja, a recusa em reconhecer intervenções humanas como desmatamento, queimadas, exploração de combustíveis fósseis e uso intensivo de agrotóxicos como causas de degradação ambiental.

No caso brasileiro, as enchentes do Rio Grande do Sul de 2024 evidenciam a vulnerabilidade territorial e social decorrente da negação ou minimização da ciência climática por autoridades e setores econômicos, dificultando políticas de prevenção e adaptação.

Para compreender essa realidade torna a análise de conjuntura, proposta por Herbert José de Souza (Betinho), uma ferramenta adequada que permite examinar acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de forças e articulação entre conjuntura e estrutura (Souza, 1995). Essa perspectiva evidencia como o negacionismo climático, além de fenômeno discursivo, constitui-se em prática social com implicações políticas e éticas.

O objetivo geral deste artigo é analisar de que maneira o negacionismo climático influencia a gestão e prevenção de desastres ambientais, tomando como referência as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024. Os objetivos específicos incluem: a) apresentar os principais tipos de negacionismo; b) descrever e problematizar sua trajetória histórica; e c) realizar uma análise de conjuntura das enchentes no estado.

Ao investigar essas dimensões, o estudo busca evidenciar como a negação da ciência compromete a segurança e o bem-estar da população, ressaltando a necessidade de políticas públicas, estratégias de educação científica crítica e valorização da ciência no enfrentamento da crise climática.



2 MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pela metodologia da análise de conjuntura (Souza, 1995), das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024, considerando a influência do negacionismo climático.

Segundo Souza (1995), a análise de conjuntura não se limita à descrição de eventos isolados, mas busca compreender a dinâmica social a partir da relação entre estrutura histórica e conjuntura imediata. O autor propõe cinco categorias analíticas centrais — acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e articulação entre estrutura e conjuntura — que permitem interpretar criticamente a realidade e identificar interesses e projetos políticos em disputa.

A coleta de dados envolveu duas etapas. A primeira constitui em revisão bibliográfica realizada na base de dados SciELO, na ferramenta de pesquisa Google Scholar e na plataforma Periódicos CAPES, priorizando artigos científicos, livros, relatórios oficiais e publicações de órgãos institucionais para a compreensão do negacionismo científico e climático, da análise de conjuntura e dos impactos socioambientais de desastres naturais.

A segunda é a análise documental de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de relatórios de órgãos governamentais, registros de mídia e estudo de caso sobre as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024.

Os critérios de seleção priorizaram estudos que abordassem o negacionismo científico e climático, as políticas públicas ambientais e as consequências sociais de desastres ambientais.

O referencial teórico baseia-se em autores como Herbert de Souza, que propõe a análise de conjuntura (Souza, 1995), e em estudos sobre negacionismo, ciência e sociedade (Cassiani; Selles; Ostermann, 2022; Diethelm; McKee, 2009; Gomes; Zamora, 2024; Hansson, 2013, Morin, 2005). A integração entre revisão bibliográfica e análise documental, buscou permitir uma visão abrangente do fenômeno pesquisado.

3 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa permitem organizar a análise em quatro eixos: conceitos e distinções teóricas sobre o negacionismo, trajetória histórica do fenômeno, contextualização do Rio Grande do Sul e a aplicação da análise de conjuntura às enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Essa estrutura permite compreender o fenômeno do negacionismo climático de forma progressiva, articulando teoria, história, território e aplicação metodológica. Sobre o eixo conceitos e distinções teóricas, muitas vezes o negacionismo é interpretado de forma equivocada, desconsiderando sua complexidade e múltiplos aspectos.

A Academia Brasileira de Letras (2025), define o termo como uma “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos



históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que os comprovam”.

Para Diethelm e McKee (2009), o negacionismo não deve ser confundido com uma controvérsia científica legítima, mas como uma estratégia organizada para confundir, atrasar decisões e manipular o debate público. Ao invés de promover um diálogo baseado em evidências, o negacionismo cria falsas controvérsias, enfraquece a credibilidade dos especialistas, divide a sociedade e compromete as políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e meio ambiente. Essa prática, geralmente associada a interesses políticos, econômicos ou ideológicos, rejeita consensos científicos consolidados e recorre a distorções e argumentos enganosos.

Para Gomes e Zamora (2024), o uso equivocado do termo pode gerar confusões epistêmicas, devendo distingui-los de conceitos correlatos, como ceticismo, pseudociência, ignorância e agnotologia. Enquanto o ceticismo representa uma postura crítica e aberta a revisão de ideias com base em evidências, o negacionismo rejeita evidências comprovadas, apresentando dúvidas sem provas.

A distinção entre o negacionismo e a pseudociência revela outro aspecto. O negacionismo se caracteriza pela negação sistemática de fatos estabelecidos. A pseudociência se apresenta como saber científico, mas não tem base empírica, como ocorre na astrologia. Ambas, no entanto, podem estar associadas a erros cognitivos, como falsos positivos (percepção de padrões inexistentes) e falsos negativos (negação de realidade evidentes).

No que tange à ignorância, o negacionismo não deve ser necessariamente vinculado à baixa escolaridade. Muitas vezes, ele envolve escolhas conscientes, sendo adotado inclusive por pessoas com níveis elevados de formação. Isso ocorre porque fatores como convicções pessoais, identidades políticas e crenças religiosas influenciam a maneira como indivíduos interpretam as informações.

Por fim, o conceito de agnotologia, que estuda a ignorância fabricada de forma deliberada, contrasta com o chamado “negacionismo inocente”, que decorre de crenças incorretas sem intenção de enganar.

A agnotologia, por sua vez, analisa como determinados grupos criam e mantêm a ignorância como um produto social, muitas vezes para desviar a atenção de problemas reais ou para proteger interesses econômicos e políticos. Fanfa, Costa e Tolentino Neto (2024), ressaltam que a desinformação, quando combinada ao negacionismo climático, amplia os efeitos da ignorância fabricada e dificulta a mobilização social frente a eventos extremos como as enchentes no Rio Grande do Sul.

Para Kahan (2013), as pessoas escolhem, interpretam e avaliam informações de uma maneira que lhes oferece mais conforto emocional e exige menos esforço. Essa tendência dificulta a mudança de opinião em relação a crenças profundamente enraizadas. Em vez de reconsiderarem suas ideias, é mais comum que elas desconfiem de fatos ou fontes que contradizem suas convicções.

É importante destacar que questionar a ciência e exigir que ela siga métodos rigorosos



é uma prática válida e necessária para seu avanço. O desafio de separar a ciência da pseudociência integra um esforço maior: discernir quais ideias são baseadas em evidências sólidas e quais não são, ou seja, identificar o que constitui uma boa ciência e o que não (Popper, 1975; Hansson, 2013).

Com relação ao eixo trajetória do negacionismo, a história revela que a rejeição a fatos e evidências científicas não é um fenômeno recente, mas algo que atravessa diferentes épocas e contextos sociais. Desde a Antiguidade, o embate entre o conhecimento racional e crenças culturais, religiosas ou políticas marcou pontos de inflexão na trajetória humana.

Na Grécia Antiga, quando no século V a.C., o filósofo Anaxágoras foi preso por afirmar que o Sol era uma pedra e não uma divindade, confrontando a religião da época, passando pelo Reino Unido, que em 1859, Charles Darwin publicou a obra “A Origem das Espécies” (On the Origino of Species).

Sua teoria da evolução por seleção natural foi duramente criticada por setores religiosos, que viam na proposta uma ameaça às doutrinas criacionistas. O conflito entre ciência e religião continuou nos Estados Unidos em 1925, no famoso “Julgamento de Scopes”, onde um professor foi julgado por ensinar darwinismo em sala de aula, desafiando a lei, que proibia tal prática.

No século XX, o negacionismo, na Alemanha (1933-1945), com o regime nazista, promoveu o extermínio de minorias, algo que movimentos posteriores tentaram negar. Mais recentemente, o negacionismo se manifestou em escala global, nas décadas de 1990 e 2000, o negacionismo climático surgiu, impulsionado por indústrias e políticos que negavam que o aquecimento global fosse causado por humanos.

No século XXI, desde 2020, o negacionismo ganhou novos espaços com o avanço das redes sociais e da desinformação digital. Durante a pandemia de COVID-19, o movimento antivacina resistiu a evidências científicas, espalhou desinformação (Iurki, 2024). Esse movimento de desinformação também foi observado nas enchentes de 2024¹ no Rio Grande do Sul, quando narrativas negacionistas circularam com o objetivo de minimizar a responsabilidade das gestões públicas, atribuindo os eventos a fatores exclusivamente naturais (Rizzotto; Costa, Lobato, 2024).

No Brasil, em 2023-2024, após as enchentes no Rio Grande do Sul, autoridades e figuras públicas negaram a ligação entre o evento e as mudanças climáticas, mostrando que o negacionismo ainda é uma prática ativa e perigosa.

Assim, a trajetória histórica do negacionismo demonstra que esse fenômeno vai além da negação de fatos e evidências. Ao desconsiderar o consenso científico, o negacionismo mina a confiança na ciência, sustenta estruturas de poder e contribui para a manutenção de desigualdades sociais.

Em contextos de emergência, como desastres ambientais ou pandemias, seus efeitos se tornam ainda mais perigosos, exigindo ações urgentes de educação científica e fortalecimento das instituições. Com relação ao eixo sobre a contextualização do estado do Rio Grande Sul, salienta-se que ele foi uma das últimas regiões a ser ocupada pelos



portugueses, devido à sua geografia e à resistência dos povos indígenas, como os Guarani, Gê (ou caingangues) e pampeanos (charruas e minuanos).

A presença europeia começou a se intensificar no século XVII com a chegada dos jesuítas espanhóis, que fundaram as Missões Guarani. No século XVIII, a disputa entre Portugal e Espanha pelo território aumentou, com a fundação de Montevideu pelos espanhóis (1726) e do Forte Jesus Maria José pelos portugueses (1737), onde hoje é a cidade de Rio Grande. O conflito foi encerrado com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que assegurou a posse da região pelos portugueses. As fronteiras definitivas do estado foram estabelecidas em 1801, com o Tratado de Badajoz (Marques, 2025).

No século XIX, o estado passou por mudanças significativas. A chegada de imigrantes alemães e, posteriormente, italianos, ajudou a diversificar a economia e formou uma nova estrutura social. O período também foi marcado por intensos conflitos, sendo o mais importante a Guerra dos Farrapos (1835–1845), uma revolta regional contra o governo imperial. A região só foi pacificada em 1928, durante o governo de Getúlio Vargas (Marques, 2025).

A cultura gaúcha é resultado da mistura de indígenas, negros e imigrantes europeus, e tem características marcantes como o chimarrão (bebida típica herdada dos Guarani), o churrasco preparado de forma rústica e pratos como feijão mexido, quibebe, carne seca com mandioca, pinhão e puchero.

O gaúcho tradicional é retratado como um cavaleiro bravo e aventureiro, usando bombacha, poncho e lenço. Festividades como a Semana Farroupilha e danças como o fandango expressam essa identidade cultural (Marques, 2025).

A economia do Rio Grande do Sul é importante para o Brasil, com destaque para a agricultura (soja, milho, trigo, arroz), a pecuária (gado bovino, suínos e leite), a indústria (máquinas agrícolas, automóveis e calçados) e os serviços (comércio, turismo e tecnologia). A vinicultura também tem importância, especialmente na Serra Gaúcha, com vinhos reconhecidos internacionalmente (Marques, 2025).

Geograficamente, o estado é formado pelo Planalto Serrano, o Pampa e a Serra Lagunar. O clima é subtropical, com as quatro estações bem definidas e invernos rigorosos, com possibilidade de geadas.

As chuvas são influenciadas pelo encontro de massas de ar frio e quente, potencializadas pela Cordilheira dos Andes. Nos últimos anos, as mudanças climáticas têm provocado eventos extremos, como as fortes chuvas registradas entre abril e maio de 2024. A hidrografia pertence à bacia do Prata, sendo o rio Uruguai o principal, além de outros como o Jacuí, Guaíba, Taquari, Ibicuí, Ijuí e Camacuã. (Marques, 2025).

No último eixo é apresentada a aplicação da análise de conjuntura às enchentes no Rio Grande do Sul, cujo estado brasileiro tem uma população de 10,8 milhões de habitantes, conforme o censo do IBGE (2023), com 497 municípios sendo a sua capital Porto Alegre.

Herbert José de Souza trata que, para fazer a análise de conjuntura, faz-se necessário analisar categorias específicas, quais sejam: acontecimentos, cenários, atores, relação de

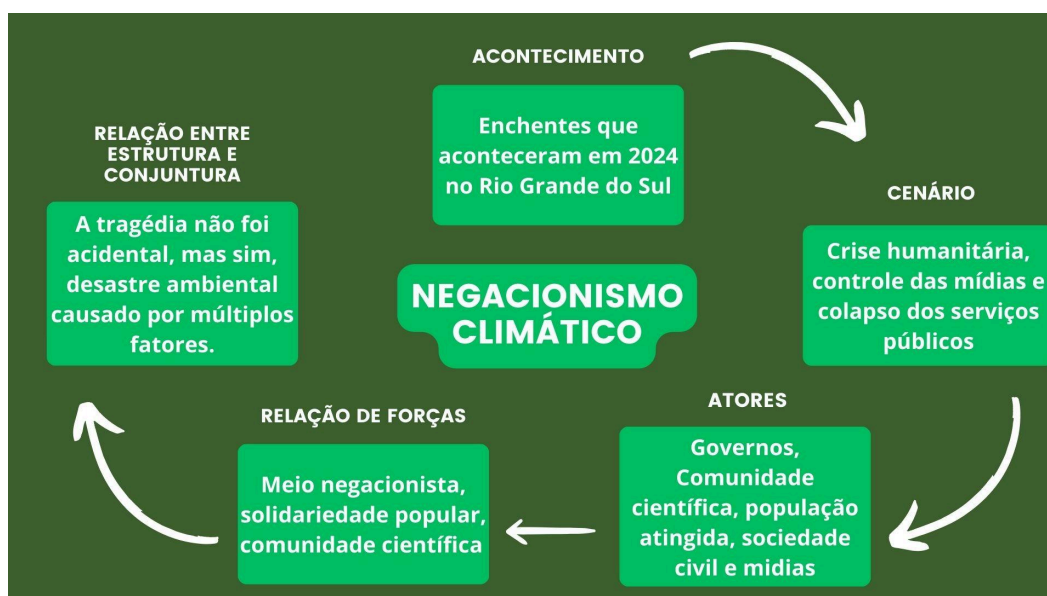


forças e articulação entre estrutura e conjuntura.

Conforme ilustra a Figura 1, esses conceitos são aplicados de maneira prática ao caso das enchentes, servindo como uma ferramenta visual que desmembra e organiza a complexidade do evento, conectando a teoria de Souza (1995) com a realidade da crise no estado.

Após a apresentação da figura, cada uma dessas categorias foi analisada individualmente, detalhando como cada elemento contribui para a crise e influenciou a resposta a ela.

Figura 1 – Análise de conjuntura das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024



Fonte: Organizado pelos autores

A vista disso, o acontecimento consoante Herbert José de Souza é aquilo que torna-se referência para um país, um grupo de pessoas ou uma determinada classe social (Souza, 1995). No presente caso, os acontecimentos foram as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul no ano de 2024, que aconteceram por múltiplos fatores envolvendo eventos climáticos, urbanização desorganizada e ausência de políticas públicas eficazes, que escancarou a vulnerabilidade estrutural da cidade, assim como, o negacionismo climático.

Assim, Rizzotto, Costa e Lobato (2024) descreve que o estado detém população de 10.880 milhões de habitantes que residem em 497 municípios, dos quais 90,9% (452) foram atingidos pelas enchentes, muitos deles completamente destruídos.

Desse modo, Rizzotto, Costa e Lobato (2024) explana que além dos danos materiais até o dia 25 de maio houve a morte de 169 pessoas e cerca de 2,1 milhões de pessoas foram afetadas, 650 mil foram desalojadas e 71.500 desabrigadas (acolhidas em abrigos públicos). Na área da saúde, mais de 3 mil estabelecimentos de saúde foram atingidos.

Quanto aos cenários, Souza (1995) os define como ações na trama social e política que ocorrem em determinados espaços que podem ser considerados como cenários. Estes cenários, para o autor, variam de acordo com a sociedade.



Assim, o cenário deu-se através da crise humanitária sem precedentes, colapso de serviços públicos, necessidade de reconstrução emergencial, aumento da pressão por responsabilização de gestores, regulação das redes sociais e fortalecimento da legislação ambiental, além do oportunismo político e manipulação de fake news.

Segundo Rizzotto, Costa e Lobato (2024), a tragédia que assolou o Rio Grande do Sul está diretamente ligada à negligência e à postura negacionista das gestões estadual e municipal, marcadas por políticas de esvaziamento do setor público e pela priorização de interesses privados. Embora técnicos especializados tenham alertado, ao longo dos anos, sobre a necessidade urgente de manutenção em estruturas essenciais como o sistema de bombeamento de Porto Alegre, já apontado em 2018 como vulnerável, as advertências foram ignoradas.

A autora cita que o resultado foi a falência desse sistema diante da enchente. Da mesma forma, o sistema de comportas também apresentou falhas, já previamente conhecidas. O prefeito de Porto Alegre conforme cita a autora, ignorou os alertas dos servidores, e o governador, ao ser questionado sobre os motivos da ausência de investimentos preventivos, alegou que o estado tinha “outras agendas”, revelando o desprezo pelas recomendações técnicas em prol de uma gestão pautada no Estado mínimo.

Já os atores conforme Souza (1995) encarnam um papel dentro de um enredo, podendo ser uma pessoa, uma instituição, um grupo, mídias, jornais. No presente caso identificou-se como atores o Governo Estadual e Municipal (RS e Porto Alegre), os quais representam a face do negacionismo institucional, com políticas de desmonte ambiental, sucateamento da infraestrutura e priorização de outras “agendas”, mesmo diante de alertas científicos. Governo Federal, ator que, apesar das limitações, agiu de forma emergencial e articulada com diversas frentes ministeriais, buscando mitigar os danos.

Movimentos ambientais e comunidade científica, os quais denunciaram o desmonte ambiental e alertaram previamente sobre os riscos, sendo sistematicamente ignorados. Tal como a população atingida, que são vítimas direta da omissão e negligência das políticas públicas e do negacionismo. Enfrenta o luto, a perda de bens, a precariedade e o abandono.

Mídia e redes sociais reforçam discursos antiambientais, desinformam, espalham fake news e desmobilizam ações coletivas. E, sociedade civil organizada e movimentos solidários que exercem papel crucial no acolhimento emergencial, ao passo que questionam a atuação estatal e defendem mudanças estruturais.

A vista disso, tem-se a relação de forças para Souza (1995), que é a relação que existe entre as pessoas ou entre grupos podendo ser de confronto, coexistência e cooperação. Nas questões pertinentes ao Rio Grande do Sul, encontram-se as relações de força no meio negacionista, que detém forte influência em esferas de poder, como prefeituras, governos estaduais e setores econômicos.

A gestão estadual, sob a liderança do governador Eduardo Leite, foi amplamente criticada por não ter implementado os estudos e as medidas preventivas recomendadas por especialistas. Reportagens indicam que o governo desconsiderou alertas científicos e flexibilizou a legislação ambiental, agravando os riscos de desastres naturais (Girardi, 2024; Velleda, 2024).



Por fim, analisando a conjuntura e a estrutura percebe-se que com o cenário de desmonte do Estado, as privatizações, desregulamentações, o negacionismo foi utilizado como instrumento para justificar esse modelo predatório, no qual ignoravam as falhas estruturais que estavam se destacando com as enchentes.

Desse modo, a articulação entre a estrutura e a conjuntura demonstra que a tragédia não foi acidental, mas o resultado de decisões políticas pautadas em ideologias negacionistas e em uma estrutura histórica de exclusão ambiental e social.

4 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o negacionismo climático não se restringe a discursos isolados, mas integra uma rede complexa de práticas sociais, políticas e econômicas. A literatura aponta que o fenômeno opera como mecanismo de obstrução da ação coletiva e da formulação de políticas públicas (Diethelm; McKee, 2009; Cassiani; Selles; Ostermann, 2022). Ao negar consensos científicos consolidados, cria-se um ambiente de falsa controvérsia que fragiliza a tomada de decisão, divide opinião pública e compromete a resposta do Estado à situação de crise.

Segundo Fanfa, Costa e Tolentino Neto (2024), essa estratégia se intensifica no ambiente digital, onde fake news e desinformação ampliam a descrença na ciência e reforçam narrativas políticas de minimização do problema climático.

Existem diferentes perspectivas que problematizam diretamente a questão climática. Do ponto de vista econômico, a tecnologia moderna, aliada ao modelo de acumulação de capital que busca constantemente ampliar lucros, tem sido responsável por grande parte de degradação ambiental (Ángeles; López, 2021; Miguel, 2022).

A crise ambiental também é entendida como um problema ético. A relação entre humanidade e natureza foi profundamente alterada, tornando o meio ambiente vulnerável a riscos imprevisíveis e consequências potencialmente catastróficas.

Diante dessa realidade, estabelece-se um imperativo ético: é necessário repensar a forma como nos relacionamos com o mundo natural. Essa nova postura exige responsabilidade, pois a sobrevivência da própria espécie humana depende do equilíbrio com a natureza (Ángeles; López, 2021; Almiron; Moreno, 2022).

Nesse sentido, os efeitos da minimização do Estado no Rio Grande do Sul revelam que a ausência de responsabilidade ética por parte do poder público resultou no agravamento da vulnerabilidade social e ambiental (Rizzotto, Costa, Lobato, 2024).

No campo político, surge uma proposta de responsabilidade coletiva que se diferencia de modelos tradicionais baseados na culpa individual. Essa perspectiva enfatiza que a responsabilidade não recai sobre indivíduos isoladamente, mas sobre todos aqueles que se beneficiam das estruturas econômicas e das práticas sociais vigentes.

Propõe-se que as pessoas deixem de aceitar passivamente comportamentos e práticas socialmente toleradas, mas orientadas exclusivamente pelo lucro. Em vez de buscar culpados,



essa visão política busca estimular a ação coletiva, corrigir injustiças e construir soluções voltadas para o futuro. Reformar instituições e práticas injustas torna-se, assim, uma responsabilidade compartilhada, que exige a participação ativa de todos em projetos políticos coletivos (Ángeles; López, 2021; Pires-Oliveira, 2022).

O negacionismo científico é um dos pilares mais visíveis da resistência às ações contra a crise climática e está frequentemente sustentado por uma complexa teia de interesses econômicos, ideológicos e culturais (Pires-Oliveira, 2022). A contestação de dados e estudos produzidos por especialistas reconhecidos é muitas vezes promovida por indivíduos sem formação específica na área ou por setores que se beneficiam diretamente da manutenção do status, como a indústria de combustíveis fósseis (Pires-Oliveira, 2022).

Além disso, aspectos religiosos também desempenham um papel relevante nesse cenário, especialmente quando eventos climáticos extremos são interpretados como manifestações da vontade divina ou punições por desvios morais, o que desvia o foco da responsabilidade humana sobre os impactos ambientais (Ames; Martins; Lagoas, 2021; Guerreiro; Almeida, 2021). Essas narrativas religiosas no Brasil, foram apropriadas politicamente para reforçar o ceticismo climático e fragilizar a adoção de políticas ambientais a longo prazo (Aguir; Monteiro; Batista, 2022).

Essa visão sobrenatural dos fenômenos naturais acaba por enfraquecer o senso de urgência e diluir a responsabilidade coletiva. A proliferação de discursos que desacreditam a ciência, muitas vezes sustentados por teorias da conspiração e narrativas populistas, contribui para a desinformação e dificulta a construção de consensos sociais em torno de políticas climáticas baseadas em evidências (Ames; Martins; Lagoas, 2021; Guerreiro; Almeida, 2021).

A análise de conjuntura das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 mostra que o negacionismo institucional, materializado em discursos de autoridades e na flexibilização de políticas ambientais, agravou a vulnerabilidade do território e da população. A minimização ou a negação das responsabilidades humanas frente às mudanças climáticas dificultou a implementação de políticas de adaptação e mobilização de recursos para as populações afetadas.

Esse cenário reforça a importância da educação científica crítica como possibilidade de resistência. Estratégias como vídeos educativos, checagem de fatos e abordagens interdisciplinares podem aproximar a sociedade da ciência. Como apontam estudos sobre divulgação científica, o uso de materiais audiovisuais nas escolas fomenta o letramento científico e auxilia os estudantes a desenvolver pensamento crítico diante de conteúdos negacionistas.

Assim, a discussão confirma que o negacionismo climático é mais do que a recusa de evidências, ele se articula como prática política que sustenta desigualdades, fragiliza políticas preventivas e amplia a vulnerabilidade social diante de desastres.

5 CONCLUSÃO

As enchentes no Rio Grande do Sul vão além de um simples desastre ambiental, expondo uma crise profunda de caráter político, ideológico e estrutural. A análise da conjuntura revela o negacionismo como um dos principais fatores dessa crise, evidenciando os interesses que



sustentam a negação da ciência e da verdade.

A análise desenvolvida neste artigo demonstra que o negacionismo climático constitui fator determinante na fragilidade da gestão de riscos e na prevenção de desastres ambientais. O estudo de caso das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 demonstra como a recusa em reconhecer as mudanças climáticas compromete a adoção de medidas preventivas. Essa omissão não apenas agravou a vulnerabilidade social, mas também expôs a população a uma crise humanitária de grandes proporções.

Ao aplicar a metodologia de análise de conjuntura proposta por Herbert de Souza, foi possível identificar como os acontecimentos, cenários, atores sociais, relações de força e a articulação entre estrutura e conjuntura convergiram para um quadro em que a omissão estatal e os discursos negacionistas reforçam desigualdades históricas.

O fenômeno não se apresentou como mera controvérsia científica, mas como estratégia política e ideológica sustentada por interesses econômicos e pela erosão das políticas ambientais. A pesquisa confirma que enfrentar o negacionismo climático exige não apenas a valorização da ciência, mas também o fortalecimento da cidadania ambiental e de estratégias de educação científica crítica, capazes de combater a desinformação e estimular a participação social. O papel da sociedade civil organizada, demonstrado nas ações solidárias durante a tragédia, reforça a necessidade de engajamento coletivo para a construção de alternativas sustentáveis.

Entre as contribuições do estudo, destacam-se a articulação entre a teoria e a prática por meio da análise de conjuntura, a reflexão crítica sobre a relação entre ciência e política e a problematização do negacionismo como fenômeno estruturante de vulnerabilidade social.

Para superar esse cenário, é fundamental fortalecer a ciência pública, promover a educação crítica e incentivar a cidadania ambiental. Também se faz necessário estabelecer uma nova racionalidade política, pautada no cuidado com a vida, no compromisso com o conhecimento e na sustentabilidade do planeta.

A tragédia de 2024 sublinha a urgência de políticas públicas que integrem ciência e gestão ambiental de forma eficaz na prevenção de desastres. O reconhecimento das mudanças climáticas como uma realidade inquestionável é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficientes de adaptação e mitigação. Superar o negacionismo climático e fortalecer a colaboração entre governo, comunidade científica e sociedade civil são passos imprescindíveis para aumentar a resiliência do estado diante de futuros eventos extremos.

A complexidade da sociedade contemporânea representa um desafio para a ciência e para o saber metodológico. Como afirma Morin (2005, p. 26), “significa que estamos na aurora de um esforço de fôlego e profundo, que necessita de múltiplos desenvolvimentos novos, a fim de permitir que a atividade científica disponha dos meios da reflexividade, isto é, da auto-interrogação.” Esse esforço busca dotar a ciência de instrumentos para refletir sobre si mesma — suas práticas, métodos e impactos.

Assim, trata-se de fazer com que a ciência não apenas produza conhecimento, mas também se observe criticamente, a fim de garantir que os saberes construídos tenham efeitos concretos na realidade vivida pela população.



Além disso, é essencial reconhecer a importância de uma abordagem interdisciplinar, que relaciona diferentes campos do saber para construir interpretações mais amplas e intervenções mais eficazes na realidade.

Por fim, ressalta-se que superar o negacionismo climático implica reconhecer a ciência como bem público, fortalecer políticas ambientais baseadas em evidências e adotar uma racionalidade política comprometida com a vida e a sustentabilidade. Essa perspectiva representa não apenas um desafio acadêmico, mas sobretudo uma exigência ética e civilizatória diante da crise climática contemporânea.

6 REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Negacionismo**. Disponível em:

<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

AGUIAR, Claudio Gustavo Borges de; MONTEIRO, Patricia Ortiz; BATISTA, Andréia Jayme. Negacionismo e mudanças climáticas. **Revista Ciências Humanas**, v. 15, n. 3, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a922. Disponível em:

<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/922>. Acesso em: 8 set. 2025.

ALMIRON, Núria; MORENO, José A. Más allá del negacionismo del cambio climático. Retos conceptuales al comunicar la obstrucción de la acción climática. Ámbitos: **Revista internacional de comunicación**, v. 55, p. 9-23, 2022. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Jose-Moreno-65/publication/357935104>. Acesso em: 10 abr. 2025.

AMES, Bruna Kreutz; MARTINS, Daniella Soares Marreiros; LAGOAS, Juliano Moreira. Negacionismo científico, fundamentalismo religioso e pós-verdade: uma análise acerca dos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico no contexto da necropolítica brasileira. Brasília: UniCEUB, 2022. **Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica**. Disponível em:

<https://www.uhumanas.uniceub.br/pic/article/view/8887>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ÁNGELES, María; LÓPEZ, Abellán. El cambio climático: negacionismo, escepticismo y desinformación. **Tabula Rasa**, n. 37, p. 283-301, 2021. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892021000100283&script=sci_artt ext. Acesso em: 10 abr. 2025.

CASSIANI, Fernanda; SELLES, Álvaro; OSTERMANN, Carlos. Ciência e sociedade: desafios na era do negacionismo. Florianópolis: **Editora UFSC**, 2022. Acesso em: 10 abr. 2025.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. **Denialism: what is it and how should scientists respond?** **Eur J Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, Jan. 2009. Acesso em: 10 abr. 2025.

FANFA, Michele de Souza; COSTA, Camilo Silva; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant de. Os efeitos das mudanças climáticas e da desinformação: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Uninter de Comunicação**, v. 12, n. 21, p. 48-69, 2024. Acesso em: 10 abr. 2025.

GIRARDI, Giovana. Não foi por falta de aviso. **Pública**, 8 maio 2024. Disponível em:

<https://apublica.org/2024/05/tragedia-do-rio-grande-do-sul-era-mais-do-que-anunciada-mas-alerta-foi-ignorado/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GOMES, Sally Ramos; ZAMORA, Maria Helena. Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. **Ciência & Educação**, v. 30, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1516-731320240008>. Acesso em: 09 abr. 2025.



GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & Sociedade**, v. 41, p. 49-74, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/4JrSBZDRqG8c9RJzCfxz4BN/?format=html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HANSSON, Sven Ove. Science and Pseudo-Science. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/pseudo-science/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IURKI, Josiane. Negacionismo científico e climático: por que devemos combater? **Instituto Aurora**, 30 out. 2024. Disponível em: <https://institutoaurora.org/negacionismo-cientifico-e-climatico/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

KAHAN, Dan M. **Ideology, Motivated Reasoning, and Cognitive Reflection: An Experimental Study. Judgment and Decision Making**. v.8, n. 4, p. 407-424, 2013. Disponível em: <https://ndg.asc.upenn.edu/wp-content/uploads/2017/08/Ideology-motivated-reasoning.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MARQUES, Vinícius. **Rio Grande do Sul: bandeira, mapa, cultura e economia**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MAZZONETTO, Caroline. **O que é negacionismo e por que ele atrasa a evolução do conhecimento; ciência avança com dúvida e questionamento, não com negação**. São Paulo, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/o-que-e-negacionismo-e-por-que-ele-atrasa-a-evolucao-do-conhecimento--ciencia-avanca-com-duvida-e-questionamento-nao-com-negacao>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 01, p. 293-315, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. rev. e modificada pelo autor. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/6449183/Ciencia_com_Consciencia_Edgar_Morin. Acesso em: 14 abr. 2025.

PINSKY, Vanessa. **Negacionismo climático: o que é, argumentos e consequências**. 06 dez. 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/negacionismo-climatico/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PIRES-OLIVEIRA, Thiago. Crítica do papel do Estado na difusão do negacionismo climático: a medida provisória 1136/2022 e a economia política da ignorância. **Revista Estudos Políticos**, v. 13, n. 25, p. 108-140, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/365899966>. Acesso em: 10 abr. 2025.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975. Acesso em: 10 abr. 2025.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde Debate**, v. 48, n. 141, e141ED, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9837/1932>. Acesso em: 08 set. 2025.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 15.ed. **Petropolis: Vozes**, 1995. Acesso em: 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2019/10/Livro-Como-se-faz-Ana>



%CC%81lise-de-Conjuntura.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

VELLEDA, Luciano. Tragédia histórica expõe o quanto governo Leite ignora alertas e atropela política ambiental. **Sul21, 6 maio 2024**. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2024/05/tragedia-historica-expoe-o-quanto-governo-leite-ignora-alertas-e-atropela-politica-ambiental/>. Acesso em: 3 abr. 2025.